

NOTÍCIAS
DE PORTUGAL

Conselho de Ministros

Um liceu português em Paris e duzentos cursos para emigrantes em França e Luxemburgo

SOB a presidência do Prof. Doutor Marcello Caetano reuniu-se, no passado dia 7, no Palácio de São Bento, o Conselho de Ministros.

O Conselho aprovou o decreto-lei que, tendo em vista a generalização e coordenação dos serviços sociais destinados a servidores do Estado, permite a extensão da acção dos já existentes aos funcionários de departamentos que ainda os não possuem; prevê a possibilidade de associação de dois ou mais serviços sociais para a realização de iniciativas ou a celebração de acordos de interesse comum; e autoriza o Conselho de Ministros a determinar a federação dos serviços sociais a fim de facilitar a sua gestão, reduzir gastos gerais e uniformizar benefícios.

Foi apreciado o diploma que fixa os novos quadros do Instituto Português de Oncologia «Francisco Gentil».

A fim de permitir o funcionamento contínuo dos Aeroportos do Funchal e do Porto Santo foram ampliados os respectivos quadros.

Outros diplomas foram aprovados, resolvendo dúvidas sobre elaboração das listas de antiguidades dos funcionários e contagem do respectivo tempo de serviço; criando o lugar de auditor jurídico do Ministério do Exército; remodelando as normas sobre o pessoal docente da Escola Náutica; e dando nova redacção a algumas disposições do Código da Propriedade Industrial relativas ao número e modo de provimento dos agentes oficiais de propriedade industrial.

O Conselho decidiu também que os administradores por parte do Estado não poderão

ser designados, mesmo por reeleição, para os cargos de presidente e vice-presidente dos Conselhos de Administração, administradores-delegados ou membros de comissões com funções executivas, sem autorização do Governo, dada pela Presidência do Conselho, excepto nos casos em que o exercício de tais cargos resulte de disposição legal ou estatutária.

Por proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros o Conselho decidiu que o Embaixador de Portugal em Londres, Dr. António Leite de Faria, que deveria normalmente terminar a sua carreira diplomática no final do corrente mês de Março fique encarregado, em missão extraordinária de serviço público, de continuar depois dessa data no exercício das funções do seu cargo.

O Ministro da Educação Nacional expôs ao Conselho os resultados da análise feita conjuntamente com os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Corporações e Previdência Social, da situação em que se encontra o ensino do português aos filhos dos emigrantes em países da Europa.

Como imediatas providências, independentemente de outras a concretizar seguidamente, foi aprovada a criação — a funcionar a partir de Outubro — de duzentos cursos de português a instalar em França e no Luxemburgo e a concessão de subsídios para a manutenção de cursos de português na Alemanha. Igualmente foi decidido estudar, desde já, a criação de um liceu português em Paris.

O Ministro do Interior fez ao Conselho um relato da recente reunião com os governadores civis.



O Ministro Rui Patrício com «Sir» Alec Douglas-Home

O MINISTRO RUI PATRÍCIO EM LONDRES

AS conversações oficiais entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Grã-Bretanha, respectivamente, Dr. Rui Patrício e Sir Alec Douglas-Home começaram no passado dia 7, em Londres.

Da parte da manhã os dois ministros tiveram uma troca de impressões preliminar sobre as questões a abordar à tarde na sessão de trabalhos. A agenda do encontro, embora não limitada, estava dividida em três grandes secções:

1) As perspectivas que apresentam, tanto a Portugal como à Grã-Bretanha, com a ampliação da Comunidade Económica Europeia (Mercado Comum).

2) As questões africanas, nomeadamente as sanções contra a Rodésia, de que uma das consequências é a manutenção, por parte da Grã-Bretanha, do bloqueio naval ao porto da Beira.

3) As questões que dizem respeito à O. T. A. N. e às relações Leste-Oeste.

«ATMOSFERA FRANCA E CORDIAL»

Depois da reunião, um informador do Ministério britânico dos Negócios Estrangeiros anunciou que os chefes da diplomacia da Inglaterra e de Portugal tinham procedido, durante duas horas, a extensos debates, «numa atmosfera franca e cordial», tendo abordado os seguintes tópicos:

— Questões comerciais resultantes do alargamento do Euromercado;

— Questões da África Austral, com particular incidência na Rodésia e nas províncias ultramarinas portuguesas;

— Questões bilaterais, incluindo a celebração do 6.º centenário da aliança luso-britânica, no próximo ano, sobre a qual se realizaram ulteriores conversações.

A Europa figura entre os pontos mais relevantes da agenda de trabalhos das conversações, devido à entrada da Inglaterra no Mercado Comum e à mutilação da E. F. T. A., a Associação Europeia de Comércio Livre, em que a Inglaterra e Portugal figuram lado a lado durante os últimos dez anos.

O MINISTRO RUI PATRÍCIO VISITOU UMA EXPOSIÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Após a visita da manhã a Sir Alec Douglas-Home, o Dr. Rui Patrício, acompanhado do embaixador de Portugal, Dr. Leite de Faria, e dos membros da sua delegação, dirigiu-se ao Palácio de Buckingham para assinar o livro de cumprimentos a Isabel II.

(Continua na pág. 11)



EXPOSITORES DE 19 PAÍSES NO NAUTICAMPO-VI

O Nauticampo-VI, uma iniciativa da Associação Industrial Portuguesa, foi inaugurado no passado dia 3, pelo Chefe do Estado, estando presentes vários membros do Governo, do corpo diplomático e altas individualidades.

O número de expositores, este ano, eleva-se a 514, representando um acréscimo, em relação ao ano anterior, de mais 204 participantes de 19 países.

As nações presentes apresentam os seguintes números de expositores: Portugal, 264; Grã-Bretanha, 90; Estados Unidos da América, 51; França, 33; Itália, 14; Alemanha, 13; Japão, 10; Noruega, 8; Espanha, 8; Bélgica, 6; Canadá, 3; Dinamarca, 3; Suécia, 3; Holanda,

2; Jugoslávia, 2; Finlândia, 1; Irlanda, 1; República da África do Sul, 1; Suíça, 1.

Como nos anos anteriores, estão presentes em Nauticampo-VI instituições oficiais, como as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, de Alverca, além de associações desportivas privadas, como o Clube Naval de Lisboa, Clube Naval de Cascais, Centros de Vela, Federação Portuguesa de Motonáutica, Clube Oriental de Lisboa, além da Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo, que este ano se faz representar pela totalidade dos seus 202 clubes filiados, de todo o País.

MAIS UMA «PRINCESA» PARA A T.A.P.

Uma representante da TAP — a assistente de bordo Maria Luísa Telles — acaba de ser

eleita «Princesa» no Concurso Mundial de Assistentes de Bordo, realizado em Punta del Este. Mais um êxito para aquela companhia de aviação que já em 1971 obtivera para uma das suas funcionárias — Maria Teresa Monteiro de Oliveira — o título de vice-Rainha.

De regresso a Lisboa, Maria Luísa foi portadora de um pergaminho especialmente entregue pelo organizador do concurso e de uma taça oferecida pelo Secretário do Turismo do Uruguai em homenagem à TAP, pelo esforço desenvolvido a favor do turismo na América Latina.



A RAINHA DO TURISMO É DA ILHA DA MADEIRA

É da Ilha da Madeira a Rainha do Turismo de 1972. Chama-se Wanda Santos e foi eleita numa festa comemorativa do 4.º aniversário do jornal «Publituris». Para 1.ª Princesa foi eleita Ana Maria Duarte Silva, representante da TAP e para 2.ª princesa Ana Paula Nobre, empregada da casa E. Pinto Basto.

Estiveram presentes o Secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr. César Moreira Baptista, o Director-Geral do Turismo, Eng.º Alvaro Roquette, o presidente do conselho de administração da RTP, Dr. Ramiro Valadão, e muitas outras individualidades ligadas ao sector do turismo nacional.

Assinalando o início do III Festival do Filme Turístico foram projectados, com a assistência das individualidades referidas, os filmes «Portugal-País de Congressos», «Hello Jim» e «Açores n.º 2».

Antes da projecção dos filmes o director do jornal «Publituris», jornalista Nuno Rocha, saudou



o Secretário de Estado e restantes individualidades, agradecendo a sua presença e referin-

do-se ao espírito da iniciativa da eleição da Rainha do Turismo.

O COMENDA DO INFANTE PARA UM DIRECTOR DA «MANCHETE»

O director da revista brasileira «Manchete», em Portugal, Sr. Cláudio de Melo e Sousa, recebeu, no passado dia 2, em cerimónia realizada no Palácio Foz as insígnias da Ordem do In-

fante D. Henrique, com que foi agraciado pelo Chefe do Estado.

A condecoração foi-lhe entregue pelo Secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr. César Moreira Baptista, que, no momento, e em breve improviso, elogiou a acção do agraciado, pondo em relevo a aproximação de Portugal e do Brasil

e o seu significado no actual contexto internacional. Sublinhou, ainda, o que representam para os dois povos as celebrações do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas», dos 150 anos da independência do Brasil e do cinquentenário da I travessia do Atlântico Sul.

Em resposta, o Sr. Mello e Sousa agradeceu a honrosa distinção dada pelo Presidente da República e revelou a importância do papel da Informação para um maior estreitamento e um melhor conhecimento das duas nações irmãs.



A COZINHA PORTUGUESA FOI APRECIADA EM VALLADOLID

Promovida pela cadeia hoteleira internacional Mapotel, de que faz parte um prestigioso grupo de hotéis portugueses, acaba de realizar-se em Valla-

dolid uma semana gastronómica hispano-luso-francesa, que foi inaugurada com uma demonstração de cozinha francesa, a que presidiu o embaixador deste país, e que se encerrou com a cozinha portuguesa, cujos magníficos pratos foram confeccionados pelos cozinheiros do hotel Cidadela, de Cascais, que a Valladolid se deslocaram propositadamente.

A ceia portuguesa foi precedida por uma conferência sobre a gastronomia portuguesa, proferida pelo delegado da Secretaria de Estado da Informação e Turismo em Madrid, sr. José da Rocha Ramos, no salão da Delegação Provincial do Ministério da Informação e Turismo. Assistiram as autoridades locais e numeroso público. O conferencista, além de descrever os mais típicos pratos portugueses, salientou a importância que a culinária representa como atractivo turístico, terminando por realçar o contributo que a cozinha europeia recebeu de Portugal com a introdução das especiarias cujo acesso foi possível com a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama.

Os pratos apresentados como demonstrativos das melhores especialidades portuguesas foram altamente apreciados e tiveram as mais elogiosas referências na Imprensa e na Televisão.

REPRESENTAÇÃO CONJUNTA DO BRASIL E PORTUGAL NO SISTEMA INTELSAT

O Brasil e Portugal passaram, desde o dia 12 a ter uma representação conjunta no Consórcio Internacional de Satélite, Intelsat, através do acordo assinado pelos representantes da Embraet e da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, em cerimónia realizada na sede da empresa brasileira.

A associação de interesses do Brasil e Portugal não é discriminatória e o acordo só poderá trazer vantagens aos dois países, salientou o director da Rádio Marconi, Fernando Feijó.

Foi ainda anunciado que Portugal pretende instalar, para

funcionamento a partir de 1973, estações em Portugal Continental, Angola e Moçambique, para operar com o sistema do Intelsat. Para esse efeito já foram abertos concursos para a compra dos aparelhos e instrumentos das três estações.

PROMOVENDO AS EXPORTAÇÕES

O Subsecretário de Estado do Comércio, dr. Alexandre Vaz Pinto, presidiu no passado dia 11, no Palácio da Bolsa, sede da Associação Comercial do Porto, à inauguração da delegação do Fundo de Fomento da Exportação.

Esta nova delegação dispõe de toda uma gama de serviços, que beneficiará o Norte do País

numa linha de descentralização da administração pública que se pretende prosseguir.

Através do Fundo de Fomento de Exportação, o Estado tem vindo a dar apoio à exportação, apoio esse que consiste fundamentalmente, no estudo e divulgação de informações sobre mercados estrangeiros, na realização de campanhas publicitárias e de «marketing», na organização de feiras no estrangeiro, na realização de programas de formação de técnicos e no apoio a operações de crédito e seguro de crédito à exportação.

Durante a cerimónia o dr. Vaz Pinto proferiu um discurso, em que se referiu ao significado e aos objectivos que presidiram à decisão da criação, no Porto, de um serviço cuja vocação fundamental é promover o aumento das exportações.



UM GIGANTE DO AR PARA A T.A.P.

Charmar-se-á «Portugal» o primeiro dos dois «Boeing 747 B» adquiridos pelos Transportes Aéreos Portugueses.

O «Boeing 747 B» é hoje considerado o maior avião comercial do Mundo, com a envergadura de 59,6 metros, o comprimento de 70,5 metros e uma lotação para 370 passageiros em versão da TAP — 32 em primeira classe e 338 em classe

turística, dispondo ainda de um pequeno salão no andar superior, que pode alojar duas dezenas de pessoas e que serve especialmente para reuniões.

O baptismo do «Jumbo-Jet» «Portugal» efectuar-se-á no dia 27 de Março sob a presidência do Chefe do Estado. A benção será dada pelo Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro.

O primeiro vôo comercial está previsto para o dia 31 de Março, presumindo-se que efectue o percurso Lisboa-Luanda.

MAIS DOIS PALÁCIOS DE JUSTIÇA

A FIM de inaugurar os Palácios da Justiça de Paços de Ferreira e Lousada esteve em terras nortenhas, no passado dia 27, o Ministro da Justiça.

O Dr. Almeida Costa, além de ter presidido à inauguração daqueles dois edifícios, esteve ainda, à tarde, a apreciar as obras em curso do futuro Palácio da Justiça, em Celorico de Basto.

Aproveitando a oportunidade, o ministro da Justiça fez também ontem uma importante comunicação acerca das medidas que vão ser tomadas em relação à política legislativa, em matéria de direito e processo criminal, além da correspondente organização judiciária.

Ao discursar na sessão inaugural do Palácio da Justiça de Paços de Ferreira, o Prof. Almeida Costa fez considerações pertinentes à reforma, em curso, do Direito Penal, referindo aspectos da maior acuidade e sobre os quais a opinião pública se tem mostrado cada vez mais atenta e interessada.

Afirmou o Ministro da Justiça que a reforma do Código Penal evidencia, com efeito, uma das maiores responsabilidades legislativas, em virtude do melindre das acções fundamentais que naturalmente envolve. Sobretudo, como no caso sucede, quando as mudanças são muito significativas. Trata-se do justo equilíbrio entre o respeito devido à dignidade humana de quem prevarica, pois o delinquente não perde a sua condição de homem, e os cuidados a dispensar à segurança social — que se reconduz a valores essenciais, como a vida, a honra e a fazenda dos cidadãos honestos, a paz e a tranquilidade pública.

Interessa — acentuou — que a Câmara Corporativa se pronuncie. Cumpre aguardar os juízos que se desejam com absoluta independência, ponderação e responsabilidade. A natureza da matéria exige-o especialmente, porque é no Código Penal — conforme o sugestivo conceito de um jurista estrangeiro — «que se espelham as convicções éticas do povo» e «se ergue um monumento ao seu espírito».

Entretanto — prosseguiu o ministro — impõe-se complementar, ao nível da legislação ordinária, as recentes alterações constitucionais com reflexos na lei penal substantiva e adjectiva. Acresce que é sentida a oportunidade de certas actualizações imediatas de tais ramos do direito, sem prejuízo da incentivação e do desejo daquela reforma mais ampla. Daí os diplomas que se encontram em vias de conclusão e que modificam numerosos preceitos do Código de Processo Penal e também alguns do Código Penal — aliás, parcialmente, em necessária coordenação.

Além desta reforma do processo, recorde que se encontra em discussão na Assembleia Nacional uma proposta de lei relativa à organização judiciária, em que se criam juizes de instrução criminal. Destinam-se eles a subtrair aos órgãos específicos da Polícia Judiciária as funções jurisdicionais, a conferir à fase de instrução contraditória o relevo que particularmente se lhe assinala e a proferir o despacho de pronúncia ou de não pronúncia, que representa ponto fundamental do processo.

Prosseguindo, o Prof. Almeida Costa disse:

«As alterações ao Código Penal têm essencialmente uma dupla explicação: algumas são reflexo directo dos novos preceitos constitucionais e outras mero pressuposto da reforma do Código de Processo Penal. Ao mesmo tempo, intenta-se uma coordenação das normas relativas à execução das penas e das medidas de segurança».

Mais adiante o Prof. Almeida Costa afirmou:

«A ideia predominante é a da recuperação do sentenciado, refazendo a sua dignidade moral e valorizando-o profissionalmente, com vista à reinserção na família e na sociedade. Daí a importância atribuída ao trabalho prisional e à reintegração progressiva dos presos no cumprimento de deveres e no exercício de direitos que lhes dêem consciência da sua verdadeira qualidade de homens e de cidadãos».

A terminar, o Ministro da Justiça disse:

«Uma das constantes da nossa época reside no sentimento generalizado, por assim dizer convertido em mandato de governação, de que importa aperfeiçoar as condições de dignidade da pessoa humana. O mundo da ciência e da técnica oferece a ambivalência dos recursos e dos riscos para a criação de uma existência que somente se tornará mais digna quando acompanhada de autêntica expansão da vida do espírito. E aqui intervêm, na perspectiva do jurista, a concepção do direito e as suas intencionalidades necessariamente sincronizadas com a hora que passa.

Reconhecer-se-á que é no domínio das instituições do direito e do processo penal que se manifesta com particular acuidade o problema da construção desse progresso do homem, mercê das opções básicas que se apresentam. E compreender-se-á a delicadeza da missão do legislador, que não deve confinar-se na transparência das construções abstractas, no exclusivo rigor dos conceitos científicos ou na serenidade das soluções generosas — porquanto ele não pode desconhecer ou esquecer a pluralidade dos homens e da vida, na sua dimensão existencial, nas suas grandezas e quedas. Há que representar, sem dúvida, a viabilidade prática do sistema adoptado, escolhendo em todo o caso um caminho de homens na sua inteira humanidade — livres para se perderem ou salvarem — e não uma forma puramente racional ou técnica de edificar o progresso. Creio, senhoras e senhores, que o anúncio de tão importante feixe de realizações assinala condignamente a inauguração deste Palácio da Justiça».

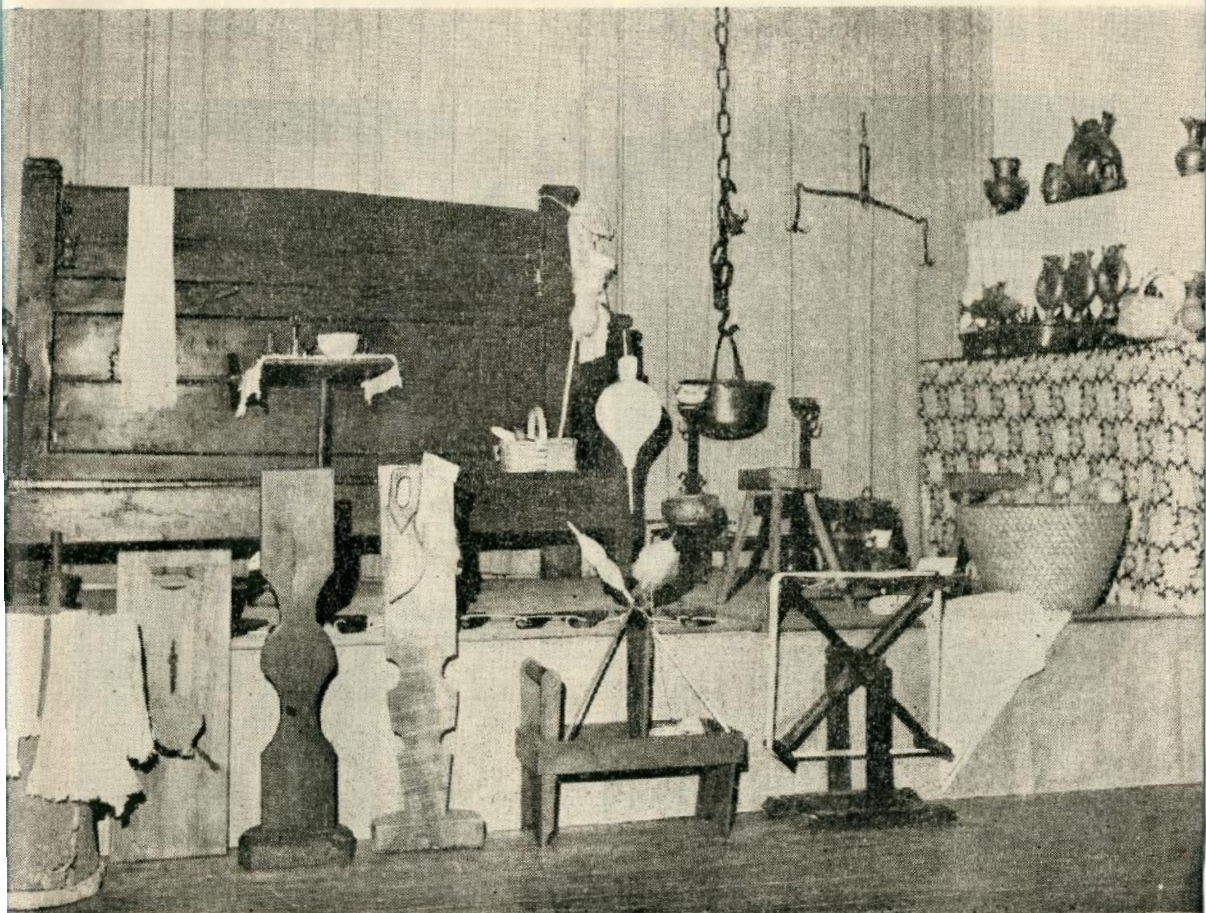


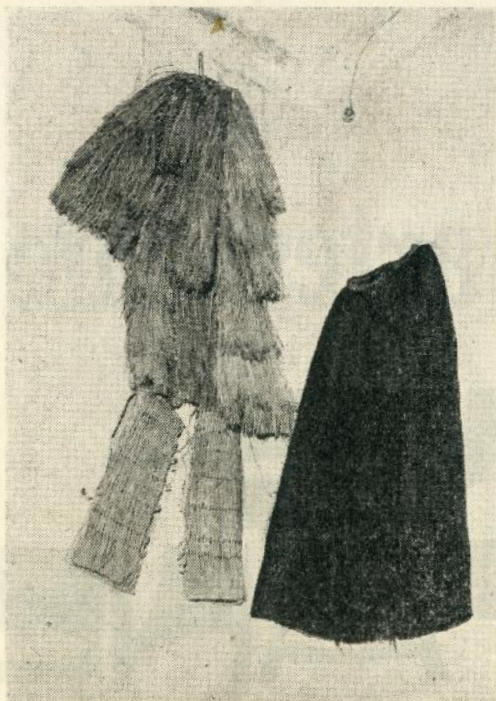
NUMA interessantíssima exposição realizada na Casa de Trás-os-Montes, em Lisboa, esta nossa província do nordeste surge-nos verdadeiramente dignificada através da apresentação de algumas centenas de peças produzidas pela mão do povo. É o verdadeiro artesanato,

desde os rústicos instrumentos para trabalhar o linho — o cortiço, o sedeiro, as espadelas, a roca, o fuso, as fiteiras e dobadeiras — até às preciosíssimas colchas de seda (testemunhos de uma actividade hoje totalmente desaparecida: as grandes culturas do bicho de seda, na região de

artesanato

TRANS- MONTANO





Capas de Pastor de Barroso

Bragança), passando pelos barros negros de Bisalhães e Nantes, os trabalhos de ferro de Miranda do Douro, o mobiliário e vestuário típico da região, e uma enorme coleção de maravilhosas colchas de linho, fabricadas em teares manuais, nas mais diversas terras de Portugal (Moncorvo, Barroso, Terras de Monforte).

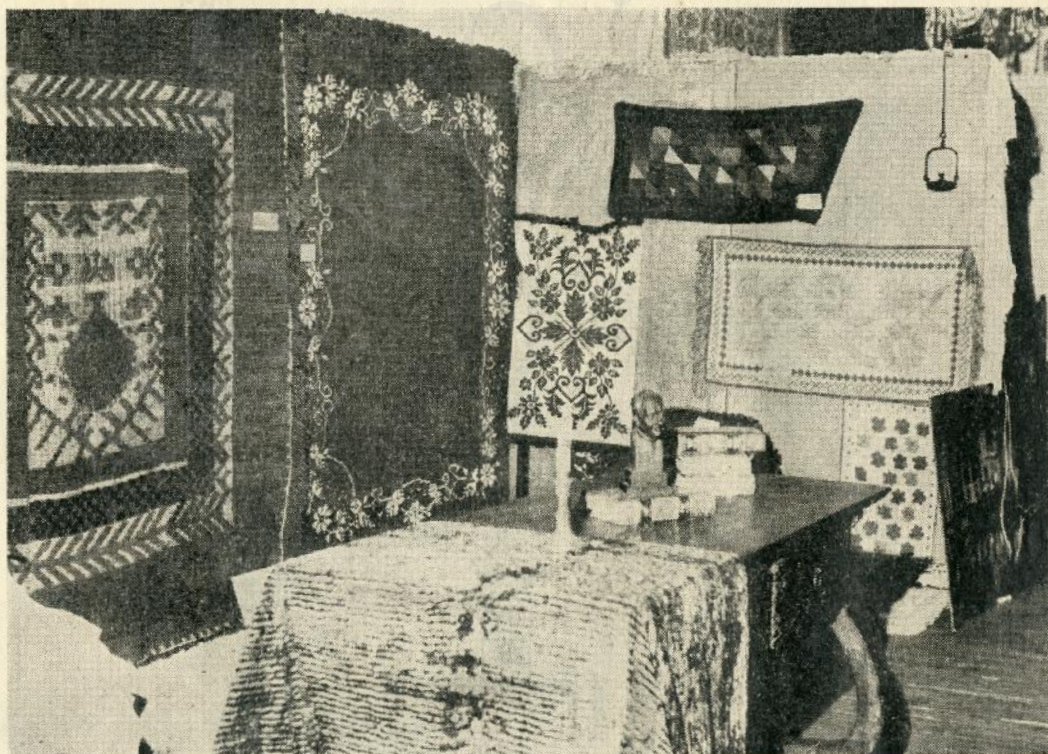
Esta exposição tem, no entanto, quanto a nós, mais do que um cunho regional, o grande mérito de constituir uma tomada de consciência perante o valor do nosso artesanato e a necessidade de o defender.

Entre nós, graças, sobretudo, à iniciativa do Secretariado da Propaganda Nacional, depois Secretariado Nacional da Informação, sob a inspiração de António Ferro, principiou-se por volta de 1940 a tentar salvar do esquecimento as tradições artesanais. O esforço continua ainda a ser feito pelos sucessores do grande jornalista e, primeiro director do S. P. N.

Com o desenvolvimento do turismo, mais presente continua a estar a necessidade de o artesanato acompanhar tal evolução. Deste modo começa a surgir a necessidade de lhe proporcionar condições de competição, estimulando e ajudando os artifices. Talvez, mesmo, seja necessário uma certa coordenação.

No âmbito dos estímulos e meios de colocação dos produtos artesanais devemos salientar iniciativas de carácter público tomadas pela Secretaria

(Conclui na pág. 15)



O MINISTRO RUI PATRÍCIO EM LONDRES

(Continuação da pág. 3)

O ministro dos Negócios Estrangeiros português visitou, em seguida, o Public Record Office (arquivos nacionais) onde, entre outros documentos históricos, se encontra exposto o original do Tratado de Aliança Anglo-Portuguesa, cujo 600.º aniversário será comemorado pelos dois países, no próximo ano.

Durante a visita ao Public Record Office, o Dr. Rui Patrício foi obsequiado pelo director daquela instituição, J. R. Ede, com uma reprodução do Tratado de Methwen, assinado entre Portugal e a Grã-Bretanha.

ELOGIO DE DEPUTADOS BRITÂNICOS À POLÍTICA PORTUGUESA EM ÁFRICA

Às treze horas, num dos salões da Câmara dos Comuns, foi oferecido ao Dr. Rui Patrício um almoço privado, pelo Grupo Parlamentar Luso-Britânico.

A importância do Grupo Parlamentar Anglo-Português para o desenvolvimento das relações entre os dois países, foi exaltada pelo ministro português, ao responder ao brinde que lhe foi feito por um dos deputados do referido grupo, no final do almoço.

Falou primeiro o presidente do Grupo Parlamentar, Ben T. Ford, para pôr em evidência o trabalho por este realizado, salientando que tanto trabalhistas como conservadores se encontram reunidos nesse grupo, visando o mesmo objectivo: a intensificação dos laços de amizade entre Portugal e a Inglaterra.

Ben Ford, que é trabalhista, deu depois a palavra a um dos deputados do grupo, Patrick Wall, que saudou o ministro português, tendo aproveitado a ocasião para salientar a acção de Portugal em África.

Observou Patrick Wall que quase todos os deputados do Grupo Parlamentar conhecem a África Portuguesa e que são unânimes em elogiar a obra de Portugal e em reconhecer que não existe naqueles territórios o menor racismo. O orador manifestou também o desejo de ver Portugal colaborar, juntamente com a Inglaterra, na construção da Europa e, a concluir, elogiou o trabalho do embaixador António de Faria, a quem agradeceu a forma como sempre tem informado o grupo relativamente aos assuntos portugueses.

O Dr. Rui Patrício, em resposta, manifestou a sua satisfação por estar rodeado de bons amigos de Portugal e recordou que será comemorado no próximo ano o 6.º centenário do primeiro tratado de aliança luso-britânico, afirmando contar com o Dr. Auntonio de Faria para imprimir maior brilho a essas comemorações.

No almoço participaram, designadamente, do lado inglês, o marquês de Lothian, em representação do Governo britânico, David Thomas, do Foreign Office, e os parlamen-

tares que fazem parte do Grupo Anglo-Português, entre os quais Duncan Sandys, «Lord» Merrivale, «Sir» John Rodgers, «Dame» Irene Ward, o brigadeiro Paterson, «Sir» Alfred Broughton, John Biggs-Davidson, John Stokes, Ernie Money, Geoffrey Finberg, Seton Dearden, Neil Marten, Albert Roberts e a baronesa Emmet.

Do lado português estiveram os embaixadores António de Faria, Ruy Teixeira Guerra e Caldeira Coelho e os Drs. Tomás Andresen, José da Silva Lopes, Luís Navega e Soares de Oliveira.

«NÃO JULGAMOS TER O MONOPÓLIO DA RAZÃO»

— disse o Ministro Rui Patrício

À noite o Governo britânico ofereceu um jantar ao ministro Rui Patrício na Lancaster House.

Entre os convidados viam-se, do lado português, a comitiva do ministro e o Embaixador de Portugal em Londres, Dr. António de Faria, e, do lado inglês, o Subsecretário parlamentar dos Negócios Estrangeiros, Anthony Royle, o Subsecretário de Estado Permanente, Sir Denis Greenhill, o Duque de Wellington e o antigo ministro Duncan Sandys.

No seu discurso, afirmou o Dr. Rui Patrício:

«Em Junho do ano passado, tivemos o grande prazer de receber em Lisboa, em visita oficial, Sir. Alec Douglas-Home e Lady Home. Disse então V. Ex.ª que lhe parecia demasiado longo o período de dez anos que mediara desde que pela última vez estivera em Portugal um ministro britânico dos Negócios Estrangeiros. Idêntica observação sou levado neste momento a fazer, pois desde 1960 que não visitava a Inglaterra um ministro português dos Negócios Estrangeiros.

E se sinto, por esse motivo, ao mesmo tempo uma certa responsabilidade e satisfação por se reatar uma tradição de harmonia com as relações históricas entre os dois países, acresce, para mim, uma alegria pessoal — a de voltar a esta cidade que não via há vinte anos e que tanto me apaixonou na minha juventude.

É certo que a extensão destes períodos de tempo se esbate quando olhamos para trás e pensamos nos laços que unem Portugueses e Ingleses através de uma história tão antiga.

O tratado de aliança celebrado entre os reis Eduardo III da Inglaterra, e Fernando I, de Portugal, completará seis séculos de existência no próximo ano de 1973. Será, sem dúvida, uma data a cujas comemorações os dois países não podem ficar indiferentes.

Seiscentos anos de história. Eis o que é de molde a inspirar-nos um sentimento de respeito mas também a provocar-nos várias reflexões.

(Conclui na pág. 14)

20 JOVENS

NO Casino Estoril, foram apresentadas aos representantes dos órgãos de Informação, as vinte concorrentes ao título de «miss» Portugal. Além destas, há mais cinco candidatas ao título de «miss» jovem.

As concorrentes provêm de todos os territórios portugueses, não sendo, portanto, de estranhar que haja entre elas os mais variados tipos humanos.

A idade das concorrentes vai dos 15 aos 24 anos e, entre as vinte candidatas ao título supremo, onze são estudantes, cinco são empregadas de escritório, uma é telefonista, outra controladora.

O júri, no próximo dia 14, no Casino Estoril, vai ter dificuldade em escolher a mais bela, não porque o grupo seja muito igual, mas porque os tipos em presença são muito dispares.



MINISTRO RUI PATRÍCIO EM LONDRES

PARA 1 TITULO



O MINISTRO RUI PATRÍCIO EM LONDRES

(Conclusão da pág. 11)

Durante este longo período, quantas vicissitudes e transformações. Pode-se dizer que todas as correntes e grandes acontecimentos da história se projectaram e influenciaram as relações entre os dois países. Não podia ser de outra maneira, tratando-se de duas nações que tanta influência e acção tão preponderante tiveram na evolução da história universal.

O ministro Rui Patrício afirmou, mais adiante, que o conhecimento da Inglaterra contemporânea «mostra bem como é errada a ideia de que as nações velhas não podem ser simultaneamente jovens».

Aquele membro do Governo português disse em dado passo:

«Pela nossa parte, não conseguimos compreender e aceitar que os Europeus ou os Asiáticos devam viver em paz e os Africanos tenham forçosamente de se guerrear, que na Europa possam coexistir e contactar sistemas e modos diferentes de vida social e na África só uma solução seja considerada válida e tenha forçosamente de se aplicar. Não julgamos ter o monopólio da razão e nunca pretendemos impor aos outros as nossas soluções e os nossos métodos, mas estamos firmemente convencidos de que vários séculos de existência africana, uma tradição nunca interrompida de respeito pela dignidade da pessoa humana e de convívio multirracial e um enorme e crescente esforço de desenvolvimento económico e de promoção social nos deveriam assegurar o direito a construir livremente, e sem ingerências externas, o nosso próprio futuro no Portugal africano. E também não entendemos que movimentos e acções terroristas, comandados, baseados, armados e instigados do exterior, possam ter algo que ver com a autodeterminação dos povos e com a vontade das populações que atacam e cujos interesses e evolução são da nossa responsabilidade.»

No seu discurso, o Dr. Rui Patrício recorreu ainda que Portugal havia acompanhado com o maior interesse as longas e difíceis negociações entre a Inglaterra e a Comunidade Económica Europeia, e as quais vira, com satisfação, terem sido coroadas de êxito. Lembrou ainda a participação portuguesa, desde o início nos organismos de cooperação económica europeia e a sua presença activa na E. F. T. A., organismo no seio do qual tem sido tão intensa a colaboração luso-britânica.

Dirigindo-se a Sir Alec acentuou:

«Partilho inteiramente a vossa opinião de que os responsáveis pela política exterior de nações aliadas se devem encontrar frequentemente e entabular diálogo franco e amplo. Se até os adversários o fazem — por maioria de razão o devem fazer os amigos. E as con-

versações e problemas em que estamos de acordo ou temos interesses coincidentes, como também em relação aos pontos em que porventura divergiremos. Pois não é verdade que assim se podem desfazer equívocos, reduzir áreas de desacordo, melhor conhecer os objectivos e intenções de cada um?»

A terminar, disse:

«Foram-me particularmente agradáveis as referências por V. Ex.^a feitas ao embaixador António de Faria. Estou certo de que tão ilustre diplomata, cujas altas qualidades levaram o Governo português a prorrogar as suas funções como embaixador em Londres, melhor do que ninguém poderá, pelo lado português, continuar a contribuir para as boas relações entre Portugal e a Inglaterra e saberá colaborar para que as comemorações do sexto centenário da aliança luso-britânica tenham o brilho que merecem.»

ENCONTRO COM EDWARD HEATH

No segundo dia da sua visita, o dr. Rui Patrício debateu problemas bilaterais e internacionais com o primeiro-ministro britânico Edward Heath.

Em conversações confidenciais, realizadas no gabinete do primeiro-ministro, foram debatidos problemas europeus e africanos emergentes dos principais desenvolvimentos actuais.

Estas conversações de alto nível seguiram-se à reunião da manhã, entre o ministro português e o principal negociador da Inglaterra junto do Mercado Comum, Geoffrey Rippon, durante a qual foi debatida «a fundo» a posição de Portugal relativamente a C. E. E.

No fim da reunião, que se prolongou por mais de uma hora, disseram de fonte autorizada, que o chefe da diplomacia portuguesa fizera uma exposição pormenorizada do acordo que o Governo português pretende fazer com a C. E. E.

Salienta-se, nos meios informados de Londres, não oferecer dúvidas que Portugal beneficiará, nas suas negociações com a C. E. E., de todo o apoio que o Governo britânico lhe possa dar.

Antes do encontro com Geoffrey Rippon, o dr. Rui Patrício esteve no Museu de Wellington.

Ao fim da manhã, o ministro Rui Patrício dirigiu-se para a Mansion House, do lorde maior de Londres, onde foi oferecido um almoço em sua honra.

Ao receber o ministro português, o lorde maior de Londres prestou homenagem ao «particular interesse» que o dr. Rui Patrício «continua a dedicar ao programa de desenvolvimento dos territórios portugueses de África».

O primeiro magistrado londrino referiu também, ao representante do «mais velho aliado da Grã-Bretanha», o prazer e a emo-

ção que tinha tido ao visitar Portugal, onde «Torres Vedras testemunha ainda a vitória alcançada pelo duque de Wellington sobre as tropas do general Massena».

À tarde, o dr. Rui Patrício teve uma entrevista com o ministro britânico do Comércio e Indústria, John Davies, para debate das questões do comércio e do investimento anglo-português.

Finalmente, uma reunião com o ministro da Defesa, Lord Carrington, foi dedicada a problemas específicos de defesa, pois tanto Portugal como a Inglaterra pertencem à Organização do Tratado do Atlântico Norte.

À noite, na Embaixada de Portugal, o dr. António de Faria ofereceu um jantar, no qual participaram, designadamente, Sir Alec e Lady Douglas-Home, Lord Carrington, os duques de Wellington, os marqueses de Louthian, o embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa, Sir. David Muirhead, e a embaixatriz, o embaixador do Brasil em Londres, Sérgio Correia da Costa, Duncan Sandys, Ben Ford, presidente do grupo parlamentar anglo-português, e Sir Dennis Greenhill.

Do lado português estiveram todos os membros da comitiva do dr. Rui Patrício e altos funcionários da Embaixada de Portugal em Londres.

DESPORTO - futebol

O Benfica perdeu por 0-1, em Roterdão (Holanda), no passado dia 8, o encontro da 1.ª mão dos quartos-de-final da Taça dos Campeões Europeus contra o Feyenoord.

A seguir reproduzimos alguns passos da crónica do enviado especial do «Diário Popular», Aurélio Márcio:

ROTerdão, 9 — Afinal nada aconteceu do que se previa, ontem à noite, no Stadion Feyenoord, nesta primeira «mão» dos quartos-de-final da Taça dos Campeões, entre o Feyenoord e o Benfica. Nem o Benfica acabou por ser «esmagado» nem conseguiu evitar a derrota, nem — isso é mais animador — a equipa holandesa deu a ideia de poder competir com o campeão nacional em condições normais, tão diferente a capacidade

revelada pelas duas turmas ao longo do encontro.

Quanto aos campeões portugueses, pode dizer-se que a sua exibição oscilou entre o futebol de qualidade invulgar em toda a primeira parte, a fazer silenciar os milhares de espectadores que encheram o estádio, e uma desoladora decepção — duplamente desoladora, depois do que se vira no primeiro tempo — por revelarem incapacidade de manter o ritmo que tão vivamente tinha impressionado o público e os jornalistas.

Para os portugueses, o balanço deste primeiro jogo é simples: resultou francamente animador, mas exibição preocupante. Animador o resultado porque esta equipa do Feyenoord não parece, de modo algum, à altura de conseguir sair do Estádio da Luz sem dois ou três golos de

desvantagem; preocupante porque ainda estamos sem compreender a mutação verificada na exibição do «onze», do primeiro para o segundo tempo. Acentuada quebra de ordem física? Talvez. Mas também é certo que três lesões mais ou menos graves — Malta da Silva, José Henrique e Artur Jorge — vieram juntar-se às ausências de Rui Rodrigues e Vítor Baptista, podendo encontrar-se aí uma ligeira explicação para as nossas dúvidas quanto ao rendimento diferente do conjunto «encarnado» entre as duas partes do jogo.

Equipa do Benfica: José Henrique; Malta da Silva, Humberto Coelho, Mesias e Artur; Jaime Graça, Eusébio e Simões; Nené, Artur Jorge e Jordão.

A nove minutos do fim, Malta da Silva, lesionado, abandonou o terreno, entrando Adolfo.

ARTESANATO TRASMONTANO

(Conclusão da pág. 10)

de Estado da Informação e Turismo — o Mercado da Primavera — e por outras entidades, nomeadamente a Junta de Turismo da Costa do Sol com a sua Feira de Artesanato no verão. São ocasiões em que os habitantes das cidades podem apreciar — embora sem o pitoresco dos locais próprios — a cor e a forma imaginada pela sensibilidade do povo, ainda não afectada na sua pureza criadora. Tudo o que se faça pelo nosso artesanato é, pois, de louvar. E não esqueçamos que, quer sob uma óptica sentimental quer no aspecto económico, ele representa sempre a expressão das possibilidades criadoras de um povo.

A referida exposição de artesanato transmontano

foi inaugurada pelo Secretário de Estado da Informação e Turismo, dr. César Moreira Baptista.

Deve-se esta exposição de artesanato transmontano à dr.ª D. Fernanda de Castro Freire, que a organizou, e à preciosa colaboração prestada por um grupo de senhoras transmontanas que tudo fizeram para recolher o maior número possível de peças autênticas, algumas das quais com cerca de duzentos anos. Foi ainda possível, graças à colaboração prestada pelos governadores dos distritos de Vila Real e de Bragança, por diversos presidentes de Municípios, pelos museus regionais e pelo Museu de Arte Popular, além de numerosos particulares, que gentilmente cederam a maior parte das peças expostas.



P.230-14